

CUT SINTSEF

CONDSEF/FENADSEF



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Mobilizar para avançar nas conquistas



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

NESTA EDIÇÃO | Congresso do Sintsef-CE mobiliza servidores em todo o estado e entra na reta final de preparação; Ebserh avança na construção da pauta do ACT 2026/2027; DNOCS debate reestruturação e recomposição da força de trabalho; Funasa retoma diálogo com nova gestão; Ministério da Saúde reforça luta dos intoxicados da ex-Sucam; Condsef discute organização sindical, financiamento e plano de lutas; aposentados podem ter direito à revisão dos benefícios

na base

Mobilizações para o 14º Congresso e atualizações sobre Min. da Saúde, Funasa e DNOCS
Pág 3 e 4

empresas públicas

Em nova rodada de negociações, empregados(as) da EBSERH discutem PCCS, condições de trabalho e benefícios
Pág 5

nacional

Retrospectiva da Campanha Salarial; Seminários da Condsef fortalecem a organização
Pág 6

jurídico

Revisão da aposentadoria pode garantir aumento nos proventos de servidores
Pág 7

14º

CONGRESSO DO SINTSEF-CE
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará

MOBILIZAR E LUTAR PARA FORTALECER O SERVIÇO PÚBLICO, DEFENDER A DEMOCRACIA E AVANÇAR NAS CONQUISTAS

23 A 27 DE SETEMBRO

LOCAL: BEBERIBE
HOTEL PRAIA DAS FONTES

NAS ELEIÇÕES DE 2026, AS REIVINDICAÇÕES E A DEFESA DA SOBERANIA SÃO PAUTAS IMPRESCINDÍVEIS

Nosso desafio é construir, nas eleições deste ano no Brasil, uma campanha baseada nas reivindicações e nos interesses populares, derrotando a política e as propostas da extrema direita contrárias ao povo. É a luta popular e o enfrentamento ao capital financeiro que permitirão alterar a correlação de forças diante de um “Congresso inimigo do povo”, totalmente alinhado aos interesses das elites econômicas. Isso fica evidente nas tentativas de destruição dos serviços públicos por meio da PEC 38/2025, da malfadada contrarreforma administrativa; na derrubada da medida provisória que ampliava a taxa de juros dos super-ricos; na aprovação da nova legislação de licenciamento ambiental, chamada por seus críticos de “Lei da Devastação”; na manutenção da legislação associada ao genocídio indígena; no chamado “PL da bandidagem” e na proposta de “dosimetria”; além da continuidade do orçamento secreto e das imorais emendas parlamentares, que irão capturar nada menos que R\$ 61 bilhões do orçamento federal de 2026, tendo como base a execução orçamentária de 2025.

A defesa da soberania nacional também entrou definitivamente na pauta política após a resistência do governo brasileiro, presidido por Lula, aos ataques tarifários promovidos por Donald Trump. Flávio Bolsonaro (PL-RJ) enfrenta uma crise de credibilidade, inclusive entre setores de seus próprios aliados, que se manifesta em duas frentes: o vazamento de um áudio em que cobra pagamentos do banqueiro Daniel Vercaro, posteriormente preso, e a viralização do termo “Tari-flávio”, após o governo norte-americano propor sobretaxas sobre produtos brasileiros e citar o Pix como prática que

prejudicaria empresas dos Estados Unidos. A reação gerou ampla mobilização nas redes sociais e no debate público, associando a medida à recente viagem do parlamentar à Casa Branca. O acúmulo desses desgastes expôs Flávio Bolsonaro como aliado dos interesses de Trump em detrimento dos interesses nacionais, contribuindo para sua queda nas pesquisas eleitorais em comparação com Lula.

Nossa defesa da democracia, da punição aos golpistas e do combate à extrema direita é inseparável de nossas lutas, mobilizações e greves. Essas ações devem estar acompanhadas de reivindicações dirigidas aos governos, sejam eles quais forem, para que atendam às demandas populares e se apoiem na mobilização da classe trabalhadora para enfrentar as pressões e exigências do “centrão”, correa de transmissão dos interesses do capital financeiro.

A Operação Carbono Oculto trouxe à tona a existência de uma sofisticada rede de lavagem de dinheiro vinculada ao PCC, articulando o setor de combustíveis, diretamente associado às cadeias do agronegócio, com o mercado financeiro da Faria Lima. O caso evidenciou o grau de promiscuidade entre interesses econômicos predatórios, ilegalidade e infiltração do crime organizado em estruturas do Estado. Essa teia de crime e corrupção se completa com o escândalo do Banco Master, que só foi possível em virtude das medidas de flexibilização adotadas pelo ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro, e que foi o primeiro dirigente da instituição sob o regime de autonomia estabelecido pela Lei Complementar nº 179/2021.

A atuação de governadores como Cláudio Castro e Ibaneis Rocha, de dirigentes partidários como Antônio Rueda (União Brasil) e Ciro Nogueira (PP), além de dezenas de prefeitos ligados a esses grupos políticos, contribuiu para abastecer o rombo financeiro do Banco Master com bilhões de reais provenientes de fundos de pensão de servidores estaduais e municipais.

A liquidação extrajudicial da instituição pelo Banco Central e as prisões decorrentes da operação, incluindo a do proprietário do banco, Daniel Vercaro, e a de Fabiano Campos Zettel — maior doador pessoal físico das campanhas de Tarcísio de Freitas e Jair Bolsonaro — escancararam um esquema bilionário de fraudes, títulos sem lastro e lavagem de dinheiro. O caso demonstra, de forma concreta, como a formação e a proteção das grandes fortunas no capitalismo brasileiro estão frequentemente associadas a práticas criminosas sistemáticas e à corrosão deliberada dos mecanismos de controle público.

Depois de muita luta popular nas ruas pelo fim da escala 6x1, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) encaminhada pelo presidente Lula, que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, garante dois dias de descanso remunerado e proíbe qualquer redução salarial. Agora, a pressão continua no Senado para assegurar essa conquista. Outra pauta importante é o Projeto de Lei nº 1.893/2026, enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional para regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O projeto estabelece diretrizes para a negociação coletiva e

para a representação sindical dos servidores e empregados públicos das esferas federal, estadual e municipal.

Os servidores federais, embora tenham encerrado este ciclo de negociações após importantes mobilizações, paralisações e greves, conquistando ganhos reais para a categoria de forma geral, ainda convivem com a manutenção e o aprofundamento de distorções salariais, especialmente entre os níveis intermediário e auxiliar. Essa realidade representa o lado mais negativo de uma visão que tende à tecnocracia, baseada no discurso da neutralidade e da suposta isenção ideológica do Estado.

A Condsef/Fenadsef precisa colocar no centro da campanha salarial de 2026 a exigência de correção dessas distorções salariais, a criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas e a aprovação do PL 1.893/2026, que regulamenta a Convenção 151 da OIT e garante o direito à negociação coletiva no setor público.

Ao final, reafirmamos nosso compromisso com a defesa da soberania dos povos, a solidariedade internacional e a luta anti-imperialista. Seguiremos firmes na defesa dos vetos presidenciais que barram ataques aos direitos democráticos e sociais. Construiremos uma plataforma de reivindicações e defesa da soberania a ser apresentada no debate eleitoral deste ano, combinando a disputa institucional com a mobilização nas ruas, única via capaz de garantir que a classe trabalhadora não volte a pagar a conta da crise do capital.

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7349 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa

Coord. Jurídica: Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:**

Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares Coord. de Formação Política: José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de Finanças:** Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sócio-cultural:** Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa **Coord. de Aposentados e Pensionistas:** Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:** Lucy Mary Gomes Matos, Francisco Flávio Inácio de Lima, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres, José Zezito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélcio e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Letícia Alves, Guilherme Azevedo e Mariah Salvatore (estagiários) **Diagramação:** Letícia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

14º CONGRESSO

Sintsef-CE mobiliza a base para o 14º Congresso da entidade



O Sintsef-CE realizou 113 assembleias por local de trabalho em todo o Ceará, reunindo mais de 1700 filiados e filiadas no processo de construção do 14º Congresso da entidade. Ao longo dos meses de abril e maio, dezenas de assembleias foram realizadas nas oito Delegacias Sindicais de Base, resultando na eleição de cerca de 380 delegados e delegadas que representarão a categoria durante o congresso, marcado para ocorrer entre os dias 23 e 27 de setembro, no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe-CE.

Os encontros aconteceram tanto na capital quanto no interior do estado, conduzidos pelas coordenações das Delegacias Sindicais de Base, delegados sindicais e membros da Direção Colegiada. O processo reuniu servidores da ativa, aposentados e pensionistas de diversos órgãos do serviço público federal, fortalecendo o caráter democrático e representativo da construção congressual.

Com o tema "Mobilizar e lutar para fortalecer o serviço público, defender a democracia e avançar nas conquistas", o 14º Congresso será a instância máxima de deliberação do Sintsef-CE. O encontro reunirá representantes de todas as regiões do estado para avaliar a conjuntura política, econômica e sindical, debater os desafios enfrentados pelos servidores públicos federais e definir as prioridades e estratégias de luta da entidade para os próximos anos.

A comissão organizadora avançou na estruturação do evento, definindo encaminhamentos relacionados à infraestrutura, comunicação, sistematização, transporte, alojamentos e organização da plenária. O objetivo é garantir a realização de um congresso amplo, participativo e representativo da diversidade da base do Sintsef-CE.

Mais do que um encontro estatutário, o Congresso representa um momento de reflexão coletiva sobre os rumos da entidade e do serviço público federal. É nesse espaço que os servidores e servidoras definem prioridades, formulam propostas e constroem, de forma democrática, as estratégias que irão orientar a atuação do sindicato no próximo período.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Servidores do Ministério da Saúde intensificam mobilização por direitos e valorização da categoria



Os servidores do Ministério da Saúde ampliaram sua mobilização nos primeiros meses de 2026 para cobrar soluções para demandas históricas da categoria. Entre os principais temas estão a realização de concursos públicos, a valorização dos trabalhadores cedidos a estados e municípios, melhorias nas condições de trabalho da Saúde Indígena e o reconhecimento dos direitos dos servidores intoxicados da ex-SUCAM.

As reivindicações foram debatidas durante o Encontro Nacional dos Servidores da Saúde, realizado em março, e também na Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde. As entidades defendem a recomposição urgente da força de trabalho no SUS, o fortalecimento da Funasa e o fim da terceirização em áreas estratégicas da saúde pública.

Um dos temas que mais mobilizam a categoria é a situação dos servidores da antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), que durante décadas atuaram no

combate a endemias e foram expostos a inseticidas como DDT e BHC. Dados apresentados pelo Grupo de Trabalho dos Intoxicados revelam elevados índices de adoecimento e mortalidade precoce entre esses trabalhadores. Levantamento realizado pela Comissão Nacional dos Intoxicados apontou que mais da metade dos óbitos analisados ocorreu antes dos 60 anos de idade.

Diante desse cenário, as entidades defendem a aprovação da PEC 101/2019, que prevê assistência à saúde para servidores expostos a substâncias tóxicas durante as campanhas de combate às endemias. Também está em debate uma proposta para ampliar o alcance da medida, incluindo categorias que ficaram de fora do texto original da PEC.

Outra pauta importante diz respeito aos servidores cedidos aos estados e municípios. A categoria reivindica mudanças nas regras de cessão para garantir mais segurança jurídica, proteção contra devoluções arbitrárias e preservação de direitos relacionados à insalubridade, diárias e gratificações. Também segue em discussão a atualização da GACEN, GECEN e GEACE, com proposta de reajuste para R\$ 3.400 e ampliação do benefício para outros cargos que atuam no combate e controle de endemias.

No Ceará, o Sintsef-CE vem acompanhando essas discussões e participou de reuniões com a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde para tratar de temas como a reposição do adicional de insalubridade, emissão de Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP), realização de exames periódicos, criação de uma mesa estadual de negociação e promoção de encontros regionais para orientar e acolher servidores ativos, aposentados e pensionistas.

FUNASA

Nova presidência da Funasa recebe pautas dos servidores e promete diálogo permanente



A posse do novo presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Lenildo Morais, abriu uma nova etapa de diálogo entre a gestão do órgão e os representantes dos trabalhadores. Em reunião realizada com a Condsef/Fenadsef, a nova presidência afirmou que manterá as portas abertas para a negociação permanente das demandas dos servidores. Atualmente, a mesa setorial de negociação encontra-se paralisada mas espera-se que com a nova gestão seja retomada o quanto antes.

Representando a Confederação, participaram do encontro o secretário-geral da entidade, Sérgio Ronaldo da Silva, e o diretor Marco Antônio Nunes. Na ocasião, os dirigentes apresentaram as principais reivindicações da categoria e destacaram a necessidade de fortalecer a Funasa após os impactos provocados pelo processo de tentativa de extinção da instituição nos últimos anos.

Entre os temas levados à nova gestão está a reestruturação da

Funasa, considerada fundamental para garantir melhores condições de trabalho e ampliar a capacidade de atuação do órgão. As entidades sindicais defendem medidas que assegurem a valorização dos servidores e a recuperação da estrutura institucional da Fundação.

Outro ponto destacado foi a situação dos servidores intoxicados da ex-Sucam, que seguem mobilizados em defesa da aprovação da PEC 101/2019. A proposta prevê assistência à saúde para trabalhadores que foram expostos a substâncias tóxicas durante as atividades de combate às endemias e busca reparar danos causados ao longo de décadas de trabalho.

Também foram apresentadas reivindicações relacionadas à recomposição da força de trabalho, considerada urgente diante do elevado número de aposentadorias e da redução do quadro funcional, além da defesa das gratificações dos servidores cedidos a outros órgãos.

Para a Condsef/Fenadsef, a retomada das negociações é essencial para avançar na solução de pendências históricas da categoria. A expectativa é que a nova gestão mantenha o diálogo aberto e apresente encaminhamentos concretos para as demandas dos trabalhadores da Funasa.

O Sintsef-CE seguirá acompanhando as discussões e defendendo medidas que garantam a valorização dos servidores e o fortalecimento da Funasa como instituição estratégica para a saúde pública brasileira.

DNOCS

Reestruturação do DNOCS avança com debate nacional e estudo sobre força de trabalho



O fortalecimento institucional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) esteve no centro das discussões realizadas pelos servidores ao longo do mês de maio. A defesa da reestruturação da autarquia, da recomposição do quadro de pessoal e da ampliação de sua capacidade de atuação mobilizou trabalhadores, representantes sindicais e parlamentares em diferentes iniciativas promovidas pelo Sintsef-CE e pelo próprio órgão.

O primeiro passo desse debate ocorreu no dia 4 de maio, quando o Sintsef-CE realizou um seminário reunindo servidores ativos e aposentados, dirigentes sindicais e parlamentares para discutir o futuro do DNOCS. Participaram da atividade o deputado federal José Airton Cirilo e o deputado estadual Acrísio Sena. Durante o encontro, foram debatidas propostas voltadas à modernização institucional da autarquia, à realização de novos concursos públicos e ao fortalecimento de áreas estratégicas como infraestrutura hídrica, irrigação, pesca, aquicultura e desenvolvimento regional.

Paralelamente ao seminário, entre os dias 4 e 8 de maio, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) realizou no DNOCS a Jornada de Dimensionamento da Força de Trabalho. O trabalho teve como objetivo identificar as necessidades reais de pessoal da autarquia por meio do mapeamento de atividades, serviços e fluxos de trabalho.

Ao final do processo, o estudo irá apresentar um diagnóstico da força de trabalho existente em comparação ao quantitativo necessário para o cumprimento das atribuições do órgão. A mesma comissão irá retornar ao DNOCS, nos dias 22 e 23 de junho, desta vez com um representante do Ministério, para dar continuidade aos trabalhos e apresentar o diagnóstico.

A iniciativa foi recebida com expectativa pelos servidores, que veem no dimensionamento uma ferramenta importante para demonstrar tecnicamente o déficit de pessoal acumulado ao longo dos anos e fortalecer futuras reivindicações por recomposição do quadro funcional.

Os desdobramentos dessas ações foram discutidos novamente no dia 18 de maio, durante reunião virtual nacional promovida pelo Sintsef-CE com a participação de servidores de diferentes estados do Nordeste. O encontro permitiu avaliar o andamento das discussões sobre a reestruturação institucional e analisar os primeiros impactos do processo de dimensionamento conduzido pelo MGI.

Durante o debate, os trabalhadores reforçaram a necessidade de atualizar o papel institucional do DNOCS diante dos desafios atuais relacionados à segurança hídrica, às mudanças climáticas e à sustentabilidade ambiental. Também alertaram para o esvaziamento de setores estratégicos da autarquia, como manutenção de barragens, estações de piscicultura, perímetros irrigados e monitoramento hídrico.

Para os servidores, a reestruturação do DNOCS passa necessariamente pela recomposição do quadro de pessoal e pelo fortalecimento de sua missão institucional. A expectativa é que o estudo realizado pelo MGI contribua para fundamentar futuras medidas voltadas à valorização da autarquia e de seus trabalhadores, assegurando condições para que o órgão continue desempenhando seu papel estratégico no desenvolvimento do semiárido brasileiro.

HU BRASIL

Em nova rodada de negociações, empregados(as) do HU Brasil discutem PCCS, condições de trabalho e benefícios



Representantes dos trabalhadores da rede de Hospitais Universitários Federais - HU Brasil (antiga Ebserh) participaram, no dia 3 de junho, da terceira reunião da Mesa Nacional Permanente de Negociação de 2026. Entre os principais temas debatidos estiveram o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), as condições de trabalho nas unidades hospitalares, o auxílio-transporte, o auxílio-saúde e situações relacionadas a férias vencidas.

A discussão sobre o PCCS foi um dos pontos centrais da reunião. As entidades sindicais cobraram esclarecimentos sobre as mudanças em curso e defenderam a retomada dos grupos de trabalho responsáveis pelo acompanhamento do plano. Os representantes dos trabalhadores destacaram que ainda existem muitas dúvidas entre os empregados e cobraram informações mais claras sobre critérios de progressão e promoção na carreira. O HU Brasil informou que as atividades relacionadas ao PCCS haviam sido suspensas durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e que será elaborado um cronograma para dar continuidade aos debates. A empresa também confirmou que não haverá promoção em 2026, informando que o processo deverá ocorrer apenas a partir do próximo ano, já com os trabalhadores enquadrados na nova estrutura.

Outro tema que gerou preocupação foi o remanejamento frequente de profissionais entre setores, especialmente da enfermagem. As entidades relataram situações em que a prática tem deixado de ser excepcional para se tornar rotina em alguns hospitais, contribuindo para a sobrecarga das equipes e agravando problemas de dimensionamento de pessoal. Também foram

apresentados relatos sobre dificuldades de retenção de profissionais e problemas relacionados às condições de trabalho em algumas unidades da rede.

Na área de benefícios, os sindicatos questionaram mudanças nas regras do auxílio-transporte para trabalhadores que residem em municípios mais distantes do local de trabalho. Segundo as entidades, as alterações podem prejudicar empregados que dependem do benefício para se deslocar diariamente entre cidades diferentes. O HU Brasil informou que cerca de 200 trabalhadores poderão ser impactados pelas novas regras e se comprometeu a apresentar mais informações sobre o impacto orçamentário da medida.

Também foram discutidas questões relacionadas ao auxílio-saúde. As entidades defenderam melhorias nos valores de ressarcimento e cobraram solução para casos em que dependentes deixaram de receber o benefício após mudanças na interpretação das normas internas da empresa. O HU Brasil informou que irá reavaliar a situação e verificar os casos apontados pelos representantes dos trabalhadores.

Outro ponto debatido foi a situação dos empregados com férias vencidas. A empresa informou que realizou um levantamento dos casos existentes e está desenvolvendo um mecanismo para identificar os trabalhadores nessa condição, além de elaborar um cronograma para tratar dos pagamentos devidos. As entidades reforçaram que cabe à empresa garantir a correta gestão das férias e cobraram uma solução definitiva para o problema.

Ao final da reunião, foram definidos alguns encaminhamentos, entre eles a instalação do Grupo de Trabalho sobre atividade sindical, a apresentação de informações sobre o auxílio-transporte e a continuidade dos debates sobre dimensionamento de pessoal, remanejamento de profissionais, escalas de trabalho e prevenção ao assédio. Para as entidades sindicais, a expectativa é que a Mesa de Negociação avance na solução de problemas históricos da categoria e garanta respostas concretas às reivindicações dos empregados do HU Brasil.

CONAB

Trabalhadores da Conab aprovam pauta de reivindicações para o próximo Acordo Coletivo

Representantes dos trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participaram, nos dias 15, 16 e 19 de maio, da Plenária Nacional da categoria, realizada em formato híbrido pela Condsef/Fenadsef. O encontro reuniu delegados de diversos estados para debater e aprovar as propostas que irão compor a pauta de reivindicações do próximo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Durante a plenária, foram apreciadas as propostas construídas nas assembleias realizadas nos locais de trabalho em todo o país. Entre os temas debatidos estiveram avaliação de desempenho, horas extras, auxílio-escola, assistência à saúde, assistência social e psicológica, previdência complementar, teletrabalho, capacitação profissional, combate ao assédio moral, segurança e medicina do trabalho, proteção às mulheres e à população LGBTQIAPN+, questões raciais, representação sindical e aperfeiçoamento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

Além das cláusulas relacionadas ao ACT, os delegados também aprovaram encaminhamentos para outras demandas da categoria, como a ampliação da assistência à saúde

para empregados que tenham seus contratos encerrados aos 75 anos de idade, a concessão de auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, a inclusão de novos empregados no Serviço de Assistência à Saúde (SAS) e a disponibilização de assistentes sociais nas superintendências regionais.

Um dos pontos que gerou maior debate foi a garantia de participação dos trabalhadores nos grupos de trabalho, comissões paritárias e mesas de negociação relacionadas ao PCCS, assegurando representação dos diferentes planos de carreira existentes na empresa e das mulheres nos espaços de decisão.

Também foi aprovada a defesa do reembolso de despesas com planos de saúde para todos os empregados da Conab, caso seja implantado um novo modelo de assistência à saúde.

As propostas aprovadas seguirão para análise jurídica e, posteriormente, serão encaminhadas à direção da empresa. A expectativa das entidades representativas é protocolar a pauta de reivindicações na primeira quinzena de junho, dando início às negociações do próximo Acordo Coletivo de Trabalho.

Retrospectiva: mobilização garantiu avanços e aponta novos desafios

A retomada das negociações entre o governo federal e os servidores públicos marcou um novo período de conquistas para a categoria após anos sem reajustes salariais. O processo teve início em 2023, quando a Condsef, juntamente com as demais entidades nacionais representativas dos servidores federais, assinou com o governo o Termo de Acordo nº 1/2023, em 24 de março. O acordo garantiu reajuste salarial de 9% a partir de 1º de maio daquele ano e aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação, que passou de R\$ 458 para R\$ 658.

Para viabilizar a implementação dos reajustes, o governo encaminhou ao Congresso Nacional projeto que alterou a Lei Orçamentária Anual de 2023, resultando na Lei nº 14.563, de 28 de abril de 2023. A mudança autorizou a concessão dos reajustes negociados entre o Executivo e as entidades representativas dos servidores federais no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Outro passo importante ocorreu em julho de 2023, quando o governo instituiu oficialmente a MNNP por meio da Portaria SGPRT/MGI nº 3.634. A estrutura passou a organizar as negociações em três níveis: a mesa nacional, responsável pelas pautas unificadas e reajustes gerais; as mesas específicas e temporárias, voltadas à reestruturação de carreiras; e as mesas setoriais, destinadas ao debate de demandas internas e condições de trabalho sem impacto orçamentário.

Em dezembro daquele ano, o governo apresentou nova proposta para os servidores federais. O texto previa reajuste de 52% no auxílio-alimentação, elevando o benefício para R\$ 1.000, reajuste de 51% no valor per capita da saúde suplementar e de 51% na assistência pré-escolar, que passaria para R\$ 484,90, todos a partir de maio de 2024. Para os salários, entretanto, a proposta mantinha reajuste zero em 2024, seguido de 4,5% em 2025 e outros 4,5% em 2026. A categoria rejeitou a proposta e respondeu com mobilizações e greves em todo o país.

Em janeiro de 2024, a Condsef e as demais entidades nacionais apresentaram ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) uma contraproposta construída a partir de estudo elaborado pelo Dieese. O levantamento apontou perdas acumuladas entre setembro de 2016 e dezembro de 2025 e indicou a necessidade de recomposição salarial de 34,32%, distribuída em três parcelas de 10,34% para 2024, 2025 e 2026.

A pressão exercida pela categoria ao longo de 2024 foi determinante para alterar o cenário das negociações. A greve dos servidores federais, especialmente dos trabalhadores das instituições federais de ensino, somada aos dias nacionais de luta realizados em 24 de janeiro e 3 de abril, à Marcha dos Servidores a Brasília em 17 de abril e à Marcha da Classe Trabalhadora em 22 de maio, levou o governo a melhorar sua proposta para o PGPE, PST e planos correlatos.

O resultado desse processo foi a assinatura do Termo de Acordo nº 8/2024, em 17 de junho. O acordo estabeleceu reajuste remuneratório de 9% em janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026, além da ampliação dos percentuais de progressão entre padrões e classes. Para os servidores de nível superior, os padrões passaram de 2,8% para 2,9% em 2025 e para 3% em 2026, enquanto as classes foram ampliadas de 3% para 3,5% e posteriormente para 4%. No nível intermediário, os padrões passaram de 1% para 1,25%, e as classes de 1,5% para 2%, com novos ajustes previstos para 2026.

Os compromissos assumidos foram consolidados com a publicação da Medida Provisória nº 1.286, em 31 de dezembro

de 2024, posteriormente convertida na Lei nº 15.141. Sancionada em 3 de junho de 2025, a norma garantiu reajuste salarial de 9% retroativo a janeiro de 2025 e mais 5% em abril de 2026 para servidores ativos, aposentados e pensionistas das categorias que firmaram acordo com o governo. A legislação também previu reajustes diferenciados para determinadas carreiras, a transformação de 29,7 mil cargos obsoletos em 28,4 mil novas vagas sem impacto orçamentário e o alongamento de 86% das carreiras para 20 níveis de progressão.

Considerando o reajuste de 9% obtido em 2023, a recomposição alcançada para o PGPE, PST e planos correlatos ao longo do atual governo chega a 24,75%. O percentual supera a inflação projetada para o período, estimada em 16,84%, representando ganho real de 6,77%. A proposta também contemplou aposentados e pensionistas que permanecem no Regime Próprio de Previdência Social com direito à paridade. O resultado assume importância ainda maior diante do fato de que os servidores federais permaneceram mais de seis anos sem reajuste salarial.

Outra conquista importante ocorreu com a sanção da Lei nº 15.367, em 30 de março de 2026. A medida reorganizou carreiras de mais de 200 mil servidores do Executivo Federal e criou mais de 24 mil cargos para professores e técnicos. Entre os principais avanços estão a criação da carreira transversal de Analista Técnico do Poder Executivo (ATE), destinada a profissionais de nível superior; a instituição do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os técnico-administrativos em educação; e reajustes para cargos específicos, incluindo médicos, veterinários, servidores da Receita Federal e auditores-fiscais do trabalho.

Apesar dos avanços alcançados, permanecem desafios importantes. Um dos principais é a correção das distorções salariais existentes entre as diferentes carreiras do Executivo Federal. O tema foi debatido na Plenária Estatutária da Condsef realizada em Brasília, entre 16 e 18 de abril de 2026, que definiu a redução dessas desigualdades como pauta prioritária. A proposta aprovada prevê a adoção de patamares remuneratórios mínimos inspirados na carreira de Regulação e Fiscalização (Agências Reguladoras) para os níveis intermediário e superior, além da utilização do salário mínimo calculado pelo Dieese como referência para os cargos de nível auxiliar.

A plenária também aprovou como prioridade a criação do auxílio-nutrição no valor de R\$ 1.300 para aposentados e pensionistas. A reivindicação já tramita no Senado Federal por meio da Sugestão Legislativa nº 11/2025 e busca compensar a perda do auxílio-alimentação, que deixa de ser pago quando o servidor se aposenta.

Outro tema histórico para o funcionalismo é a regulamentação da negociação coletiva no setor público. Fruto de décadas de mobilização sindical, o governo encaminhou ao Congresso Nacional, em abril deste ano, o Projeto de Lei nº 1.893, que estabelece regras para a negociação das relações de trabalho e para a representação sindical dos servidores e empregados públicos. A proposta prevê negociação permanente entre governo e entidades representativas, assegurando, no mínimo, uma rodada anual de negociação, salvo nos casos em que houver acordo plurianual em vigor.

CONDSEF

Sintsef-CE participa da Plenária Estatutária da Condsef e reforça defesa dos servidores federais



O Sintsef-CE participou, entre os dias 16 e 18 de abril, da Plenária Estatutária e Assembleia Geral da Condsef/Fenadsef, realizada em Luziânia (GO). O encontro reuniu representantes de entidades filiadas de todo o país para debater a conjuntura nacional, a organização sindical e a construção do plano de lutas da categoria para os próximos anos.

Com o tema "Fortalecer o sindicalismo classista é fortalecer o serviço público e a democracia", a plenária discutiu os principais desafios enfrentados pelos servidores públicos federais diante das transformações no mundo do trabalho e das disputas em torno dos direitos sociais e trabalhistas. O Sintsef-CE participou dos debates levando as demandas da base cearense e contribuindo para a construção das estratégias nacionais da categoria.

Entre os temas que ganharam destaque esteve a regulamentação da negociação coletiva no setor público, reivindicação histórica dos servidores federais. Durante a plenária, foi anunciada a assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da proposta de projeto de lei que trata do tema, uma das principais bandeiras defendidas pelas entidades sindicais.

Outro ponto debatido foi a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial e pelo fim da escala 6x1. A pauta, defendida pelas centrais sindicais e pelos movimentos sociais, avançou nos meses seguintes e permanece entre as prioridades da classe trabalhadora no Congresso Nacional.

A plenária também reafirmou a defesa da regulamentação do trabalho por aplicativos, o combate à pejotização e às fraudes trabalhistas, além do enfrentamento à violência contra as mulheres e ao feminicídio. Os participantes destacaram a necessidade de ampliar a mobilização social em defesa dos direitos trabalhistas e do fortalecimento dos serviços públicos.

Além das discussões sobre o cenário nacional, os delegados debateram alterações estatutárias da Condsef/Fenadsef e aprovaram diretrizes para o plano de lutas da entidade, fortalecendo a atuação conjunta dos sindicatos filiados em defesa dos servidores públicos federais.

Condsef promove debates sobre financiamento sindical e estrutura organizativa



O Sintsef-CE participou, em Brasília, dos seminários promovidos pela Condsef/Fenadsef entre os dias 26 e 29 de maio, que reuniram representantes de entidades filiadas de todo o país para debater propostas de alterações estatutárias, financiamento sindical e o funcionamento dos departamentos nacionais da Confederação. Os encontros integraram o processo de preparação para os próximos debates organizativos da entidade e para a construção de propostas que deverão ser apreciadas pelas instâncias deliberativas da Condsef/Fenadsef.

Durante o Seminário de Finanças, realizado nos dias 26 e 27 de maio, os participantes discutiram temas relacionados à sustentabilidade financeira das entidades sindicais e à relação entre a Condsef/Fenadsef e seus sindicatos filiados. Entre os assuntos debatidos estiveram propostas de atualização das regras de contribuição financeira dos filiados, mecanismos para regularização de débitos entre entidades e a incorporação de despesas atualmente destinadas ao DIEESE e à assessoria sindical à estrutura financeira da Confederação. Também foi apresentada a proposta de criação de uma Secretaria da Mulher na estrutura organizativa da Condsef/Fenadsef.

Nos dias 28 e 29 de maio, o debate teve continuidade com foco na organização dos departamentos nacionais da Confederação. Entre as propostas apresentadas estiveram a reformulação da estrutura atual dos departamentos, a possibilidade de transformação desses espaços em secretarias ou grupos permanentes de trabalho, a ampliação da participação dos representantes setoriais nas mesas de negociação e a criação de novos departamentos voltados a segmentos específicos, como trabalhadores indígenas, servidores fazendários e pessoas com deficiência.

Os participantes também discutiram alternativas para fortalecer o financiamento das atividades desenvolvidas pelos departamentos e aprimorar os mecanismos de representação dos diversos setores que compõem a base da Condsef/Fenadsef.

Para o Sintsef-CE, os seminários representaram uma importante oportunidade de contribuir para o debate sobre o futuro da organização sindical dos servidores públicos federais, fortalecendo os espaços de participação democrática e a capacidade de atuação das entidades na defesa dos direitos da categoria.

Revisão da aposentadoria pode garantir aumento nos proventos de servidores

O Sintsef-CE realizou uma reunião com aposentados e pensionistas para esclarecer dúvidas sobre a possibilidade de revisão das aposentadorias de servidores que exerceram atividades em condições insalubres ou prejudiciais à saúde ao longo da carreira. O encontro contou com a participação da assessoria jurídica do sindicato, que apresentou orientações sobre o tema e explicou quem pode ter direito à revisão do benefício.

Segundo o advogado Marcelo Guerra, da assessoria jurídica do Sintsef-CE, a revisão está relacionada à conversão do tempo especial em tempo comum. Em determinadas situações, o período trabalhado sob exposição a agentes nocivos pode ser convertido e incorporado ao cálculo da aposentadoria, alterando a média utilizada para definir o valor dos proventos.

De acordo com a assessoria jurídica, a medida pode resultar em ganhos significativos para os aposentados, variando conforme o histórico funcional de cada servidor e o tempo laborado em condições nocivas e prejudiciais a saúde.

O sindicato esclarece que o direito não está restrito aos servidores que se aposentaram por aposentadoria especial. Também podem ter direito à revisão aqueles que se aposentaram por idade ou por

tempo de contribuição, inclusive os que se aposentaram pelas regras de integralidade e paridade, desde que tenham exercido atividades em condições prejudiciais à saúde durante parte da vida funcional e tenham se aposentado após 13 de novembro de 2019, data da vigência da emenda constitucional 103/2019.

A análise é realizada individualmente, levando em consideração o histórico profissional e a documentação de cada servidor. Por isso, o Sintsef-CE orienta os aposentados que acreditam se enquadrar nessa situação a procurar a assessoria jurídica da entidade para verificar a possibilidade de ingressar com o pedido de revisão.

Os interessados devem encaminhar a documentação necessária para o e-mail juridico@sintsef-ce.org.br. Entre os documentos exigidos estão RG, CPF, comprovante de endereço, fichas financeiras, cópia integral do processo de aposentadoria e demais formulários disponibilizados pelo sindicato.

Para o Sintsef-CE, a revisão representa uma importante ferramenta de defesa dos direitos dos aposentados, permitindo corrigir distorções e assegurar que o benefício reflita adequadamente o tempo de serviço prestado em condições especiais ao longo da carreira.

ATUALIZAÇÃO DOS CONTATOS SETOR JURÍDICO



Informamos os números atuais para atendimento do Setor Jurídico:

(85) 99697-0977 - **Thaynar**
 (85) 99914-0627 - **Liza Mara**
 (85) 99961-1449 - **Carina**
 * (85) 98460-7831 - **Estagiários**

*Para informações sobre andamento de processos, o contato deve ser feito exclusivamente pelo número dos estagiários.



IMPORTANTE:

- Os números recebem apenas mensagens (não atendemos ligações);
- Para ligação, ligue para o fixo: **3255-7349**
- Os contatos antigos da Thaynar e dos estagiários não recebem mais mensagens;
- Caso tenha enviado mensagem para os números antigos da assistente jurídica **Thaynar** ou dos **estagiários**, pedimos que **envie novamente** para um dos contatos acima, pois **as mensagens anteriores foram perdidas**.
- Comunicamos que o horário de atendimento presencial continua de 8h às 12h, por ordem de chegada; e das 13h às 17h atendimento virtual (agendamento pelo site do sindicato).